

AGRICULTORES E FREQUÊNCIA ESCOLAR OBRIGATÓRIA: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA?

Thérèse Hamel**
Michel Morisset***

SÍNTESE - Este artigo analisa a posição de um grupo específico de cidadãos, os agricultores, face a uma legislação particularmente importante em educação: a instauração da frequência escolar obrigatória. O texto refere-se à realidade quebequense, mas trata de um tema que vai além das particularidades do contexto sócio-histórico norte-americano. Em recente missão de trabalho no Brasil (na Universidade Federal do Ceará, maio e junho de 1996), foi possível verificar como a instrução obrigatória representa um momento importante do desenvolvimento do aparelho escolar brasileiro, em especial para o grupo dos agricultores. Espera-se que a presente análise fomente uma reflexão fecunda, numa perspectiva comparativa, entre essas duas realidades sociais, a partir das questões aqui abordadas.

ABSTRACT - This article analyzes the position of a specific group of citizens, the agricultural workers, before a legislation particularly important in education: the establishment of the obligatory school attendance. The text refers to the Quebecer reality, but approaches a theme which goes beyond the particularities of the American socio-historical context. In a recent work mission in Brazil (at the Federal University of Ceará, May-June 1996), it was possible to verify how the obligatory education represents an important moment in the development of the Brazilian school system, especially for the group of agricultural workers. We hope that the present analysis promotes a fruitful reflection, from the questions approached here, under a comparative perspective, between these two social realities.

Na província de Quebec, a instrução obrigatória para as crianças de sete a quatorze anos é votada em 1943, depois de mais de 75 anos de negociações e de batalhas jurídicas sobre este assunto. A Província de Quebec será, aliás, a última província canadense a votar uma lei decretando a instrução obrigatória. Durante

* Tradução: Julieta Beatriz Ramos Desaulniers; Revisão da Tradução: Vanise Pereira Dresch.

** Thérèse Hamel - professora e pesquisadora junto à Faculdade de Educação, Univ. Laval/Quebec-Canadá. E-mail: therese.hamel@ads.ulaval.ca

*** Michel Morisset - professor e pesquisador junto na Faculdade de Ciências da Agricultura e da Alimentação, Universidade de Laval, Canadá. Diretor do Grupo da Pesquisa em Economia e Política Agrícolas (GREPA). E-mail: michel.morisset@eru.ulaval.ca

três quartos de século de debate, os diferentes protagonistas tiveram tempo de apresentar todos os argumentos que lhes permitiam sustentar sua posição. Dentre eles, a classe agrícola constitui um interventor importante. Esta legislação tinha, com efeito, para este segmento, uma importância bem maior do que se poderia crer. Devido às implicações de uma tal lei, é necessário perguntar-se como a classe agrícola entrevia a implantação da frequência escolar obrigatória que havia profundamente dividido tanto o movimento operário quanto a população quebequense. Assim, ela se colocava do lado do alto clero, que temia essa medida, ou favorecia a instrução obrigatória, da mesma forma que o Congresso dos Ofícios e do Trabalho no Canadá?¹

É preciso lembrar que a classe agrícola representou por muito tempo uma fração importante da população quebequense. Embora a população rural venha diminuindo com o passar dos anos, somente no recenseamento de 1921 foi suplantada pela população urbana; representava ainda 36,9% da população em 1931. A mão-de-obra agrícola, por sua vez, constituía ainda 30% da mão-de-obra total em 1931, o que demonstra sua importância no âmbito da economia.²

Associa-se com frequência a classe agrícola a uma resistência, até mesmo a uma negação de tudo aquilo que lembra uma formação do tipo escolar. Devemos, no entanto, ir além deste primeiro nível para perguntarmos se os agricultores recusam em bloco a escola e, se for o caso, quais são os fatores que permitem compreender sua posição. O que os assusta será a instrução ou a maneira como esta é dispensada? É através das posições da União Católica dos Cultivadores (UCC), órgão de defesa dos interesses da classe agrícola, que enfocaremos, neste artigo, as *relações complexas* que mantinham os agricultores quebequenses com a instituição escolar.

Depois de ter exposto a posição da UCC sobre a instrução obrigatória, ressituairemos o ponto de vista dos agricultores em relação aos outros protagonistas implicados nesse debate. Enfim, esclareceremos esse posicionamento através da análise de diversos dossiês que nos permitem explicar a relação específica que os agricultores mantêm com uma formação do tipo escolar.

1 – O mundo agrícola e o movimento dos agricultores

A União Católica dos Cultivadores (UCC) nasce em 1924. Fundada pela iniciativa de alguns políticos conservadores tendo obtido o apoio da Igreja Católica,³ a UCC representa de forma mais particular cultivadores ligados à produção familiar amplamente dominante. A agricultura em Quebec permanecerá, com efeito, até a Segunda Guerra Mundial, centrada nesta forma de produção e numa atividade voltada principalmente para as necessidades da família. Esta tendência não impediu de modo algum que uma parcela dos agricultores praticasse uma agricultura

¹ Para obter uma apresentação mais completa da posição dos diferentes protagonistas sobre a questão, remetemos os leitores a HAMEL, Thérèse. *L'instruction obligatoire au Québec: lieu et enjeu de la lutte des classes*. Thèse de doctorat, Université Paris V, Sorbonne, 1981, 448 p.

² De acordo com os dados dos recenseamentos federais.

³ E não fundada por ela, como frequentemente é dito. Ver sobre isso MORISSET, Michel. *L'agriculture familiale au Québec*. Paris: Harmattan, 1987, 206 p.

mais mercantil, sobretudo durante o período da Primeira Guerra Mundial. Sempre, os cultivadores que habitavam próximo das cidades beneficiaram-se com esse mercado importante.

As metas estabelecidas pela UCC ao ser fundada se resumiam da seguinte maneira: a educação dos membros, a defesa dos interesses da profissão e, enfim, a fundação de serviços profissionais.⁴ Para difundir suas posições, a UCC dispunha, até 1926, do *Bulletin des agriculteurs (Boletim dos agricultores)*. Posteriormente, *Le Devoir* emprestará suas páginas à *La terre de chez nous*, novo órgão da UCC que surgirá de maneira autônoma a partir de 1929.

A orientação principal da UCC, que permaneceu relativamente constante durante o período estudado, foi a luta para assegurar o desenvolvimento de uma propriedade familiar que mantinha uma relação ambígua com o mercado. Essa tendência era apoiada por dois acontecimentos que tinham sido traumatizantes para os agricultores. A tendência à agricultura mercantil havia sofrido uma freada acentuada com a crise que, já em 1920/1921, seguia a explosão do mercado de guerra; além disso, a grande crise dos anos trinta havia reduzido as esperanças criadas pelo mercado à sua menor expressão.

Após os primeiros anos em que, depois de um grande entusiasmo, sucede uma relativa diminuição dos efetivos,⁵ a UCC conseguirá recrutar como membros contribuintes cerca de 12% dos exploradores agrícolas da província de Quebec, no tocante ao período que nos interessa mais particularmente, isto é, de 1931 a 1941.⁶ A partir de 1934, a UCC começará a “organizar” os lenhadores que, na maioria, são agricultores que realizam um trabalho sazonal durante o inverno. Em 1935, somente o setor dos lenhadores conta com 3.608 membros.⁷

Na realidade, a UCC reunia muito mais que seus próprios membros, dentre outros meios, através de seu jornal *La terre de chez nous*. Como as contribuições para tornar-se membro da UCC eram objeto de recriminações por parte dos agricultores, estes preferiam muitas vezes não pagar sua contribuição à UCC, mantendo-se, contudo, assinantes do jornal. *La terre de chez nous* aumentava regularmente sua tiragem; assim, em 1937, passa de 15.000 para 22.600 exemplares, ou seja, o dobro do número de membros inscritos na UCC. Em 1939, a tiragem havia aumentado para 25.000 cópias.⁸ A influência da UCC ultrapassa, portanto, consideravelmente os efetivos que ela recruta.

2 – A União Católica dos Cultivadores e a questão escolar

Criada para defender os interesses dos cultivadores, a UCC não se limitou, portanto, aos problemas estritamente ligados à produção agrícola. A educação, o

⁴ LÉTOURNEAU, F. (1949), *L'UCC*. Montréal: Auteur/Imprimerie Populaire, p. 171.

⁶ Conforme Jean-Pierre KESTEMAN, em colaboração com Guy BOISCLERC e Jean-Marc KIROUAC, *Histoire du syndicalisme agricole, UCC-UPA 1924-1984*, Montréal: Boral-Express, 1984, 327 p., os números são os seguintes: 1925: 11 577 membros contribuintes; 1926: 9 612; 1927: 9 355; 1928: 7 613; 1929: 9 286. p. 60.

⁵ KESTEMAN, *op. cit.*, p. 115.

⁷ KESTEMAN, *op. cit.*, p. 112.

⁸ LÉTOURNEAU, F. *op. cit.*, p. 147 e 150.

ensino, a instituição escolar também faziam parte das preocupações desta organização sindical. Para estudar a posição da UCC sobre a obrigatoriedade escolar e as questões relativas à educação, tomamos por base suas resoluções resultantes de congressos e as intervenções aí registradas que servem para orientar a ação desta central. O período estudado vai de seu início, em 1924, até a época da votação da lei. Todavia, para compreender devidamente a complexidade da posição agrícola sobre a questão escolar, convidamos o leitor a ultrapassar às vezes este limite temporal.⁹

2.1 – Obrigatoriedade escolar

No momento em que a agricultura quebequense foi atingida por uma grande crise dos mercados e dos preços que segue a retomada da agricultura européia dos anos vinte, seríamos levados a crer que este tema, por si só, teria ocupado toda a cena do primeiro congresso. Mas não. Já no congresso de 1924, assiste-se a uma longa apresentação de Paul Boucher sobre o ensino agrícola, e uma resolução da UCC é votada *contra a instrução obrigatória*. Era a primeira manifestação da União sobre a questão escolar. Por isso, ela merece uma atenção especial.

Após ter reconhecido “a ação bem sucedida exercida pelos pais e pelos padres católicos no plano da educação” e esperado “que esses tutores da escola sempre conservassem o controle que lhes é garantido pelo direito natural contra o qual não pode prevalecer a autoridade de nenhum governo” e após ter desejado “que o Conselho da Instrução Pública gozasse de uma independência absoluta em todos os domínios que são de sua competência, mesmo na direção das escolas sustentadas pelo Estado, o primeiro congresso dos agricultores do Quebec considera que o estabelecimento de um ministério da instrução pública, a gratuidade escolar, a uniformização dos livros e a *instrução obrigatória* seriam modificações *inoportunas* que contribuiriam mais para desorganizar do que para melhorar nosso sistema escolar.”¹⁰

⁹ De fato, julgamos conveniente ultrapassar às vezes esse limite para continuar o estudo até o início dos anos sessenta, pois, do mesmo modo que algumas organizações de trabalhadores como a CTCC, a UCC às vezes manifestou seu ponto de vista bem depois da votação da lei de frequência escolar obrigatória (FSO), ratificada em 1943.

¹⁰ UCC (1924), *Résolutions 1, 2, 3* das resoluções gerais, p. 63-64 (grifo dos autores). Retornaremos às posições da UCC com relação ao ensino agrícola. Eis o texto completo:

RESOLUÇÕES GERAIS

1 – O primeiro Congresso dos Agricultores de Quebec faz questão de reconhecer a ação bem sucedida que os pais e o clero da Igreja Católica exerceram no plano da educação. Espera-se que esses tutores da Escola conservem sempre o controle que lhes é garantido pelo direito natural, contra o qual não pode prevalecer a autoridade de nenhum governo.

2 – O primeiro Congresso dos Agricultores de Quebec solicita que se mantenha, na aplicação de nossa legislação escolar, o espírito que prevaleceu na elaboração de 1875. Espera que o Conselho de Instrução Pública goze de uma independência absoluta em todos os domínios que são de sua competência, mesmo na direção das escolas sustentadas pelo Estado. Espera, além disso, que a escolha dos membros desse Conselho seja sempre independente de qualquer influência política.

3 – O primeiro Congresso dos Agricultores de Quebec estima que o estabelecimento de um Ministério da Instrução Pública, a gratuidade escolar, a uniformização dos livros e a *instrução obrigatória* seriam modificações *inoportunas* que contribuiriam mais para desorganizar do que para melhorar nosso sistema escolar.

Essa resolução foi votada por unanimidade. A posição da UCC sobre a obrigatoriedade escolar, em 1924, é muito significativa. As duas resoluções que precedem àquela que se opunha à obrigatoriedade escolar retomam a argumentação habitual da Igreja quanto ao direito natural dos pais em relação à educação e quanto à restrição ao poder do Estado no campo educativo. Estes foram argumentos amplamente utilizados nas discussões dos projetos de lei durante a longa luta em torno da obrigatoriedade escolar e, entre outras, nas últimas discussões de 1919 que mobilizaram as forças sociais da época.¹¹ Além disso, a segunda resolução reitera a preponderância do Conselho da Instrução Pública como órgão responsável pela educação e insiste na sua “independência absoluta [...] mesmo na direção das escolas mantidas pelo Estado”, o que significa explicitamente a recusa de um ministério da instrução pública, da ingerência do Estado na educação, posições que serão em seguida explicitadas na terceira resolução.

Portanto, a posição da UCC se situa na linha de pensamento do clero e dos principais opositores da obrigatoriedade escolar. A terceira resolução (das resoluções gerais), quanto a isso, é extremamente clara. A UCC se opõe formalmente ao ministério da instrução pública, à gratuidade escolar, à uniformização dos livros e à instrução obrigatória, que são consideradas medidas totalmente inoportunas. Como pudemos constatar em trabalhos anteriores,¹² era muito normal, nos debates sobre a frequência escolar obrigatória, associar essas diferentes medidas a uma ingerência perigosa do Estado na educação, à instauração da escola laica e neutra, e pior, à penetração de medidas “socializantes” no sistema educativo.

As resoluções mencionadas anteriormente foram apresentadas no congresso de 1924, logo após a comunicação de Paul Boucher sobre o ensino agrícola. Ora, a exposição de Boucher aborda, um por um, todos os aspectos que serão depois retomados sob forma de resoluções, com exceção daquelas que tratavam da frequência escolar obrigatória e do ensino em geral. A resolução contra a frequência escolar obrigatória teria sido levada ao congresso pelos padres lá presentes? Isso não se pode saber com precisão. A Igreja não ocupava um lugar preponderante no momento do congresso de fundação da UCC. No entanto, não há dúvida que ela pôde exercer uma certa influência na votação dessa resolução.¹³

4 - O primeiro Congresso dos Agricultores de Quebec reconhece a importância absoluta de uma formação profissional agrícola. Sustenta que a ciência agrônômica é uma das condições de nossa independência econômica.

¹¹ Aqui, pensamos particularmente na célebre polêmica de 1919 opondo C. J. Magnan e T. D. Bouchard. Ver HAMEL, T. 1981, *op. cit.*, para aprofundar esse tema.

¹² Sobre isso, consultar HAMEL, T. Le congrès des métiers et du travail du Canada et la question scolaire 1886-1944, In: *Bulletin du regroupement des chercheurs en histoire des travailleurs du Québec*, vol 12, n. 3, 1986, p. 7-37, assim como ————. L'obligation scolaire au Québec: enjeu pour le mouvement syndical et agricole, In: *Labour/Le travail*, n. 17, 1986, p. 83-102.

¹³ É importante observar que a Igreja apoia a UCC, dentre outras, para lutar contra os *Fermiers-unis* (fazendeiros unidos), que passaram a integrar a União dos Cultivadores da Província de Quebec (UCPQ), em 1922; e uma das facções dessa organização, a do Sul, tinha sido fundada em 1918 por *ninguém mais que T. D. Bouchard*, ardente defensor da obrigatoriedade escolar, especialmente na ocasião dos debates em 1919. Ele foi excluído da UCPQ em 1918, mas é possível imaginar o temor que ele inspirava no clero e as suspeitas que ele podia, em consequência, manter face à UCPQ.

Durante vários anos, não se encontrará uma resolução da UCC que trate estritamente da questão da obrigatoriedade escolar; este debate não esteve em pauta na sociedade quebequense durante vários anos. Mas, se a obrigação inscrita na lei preocupa menos, a freqüência permanece um ponto de preocupação. O problema da negligência dos pais, da não-freqüência escolar no meio rural e da reduzida assiduidade dos alunos foi assim abordado no jornal *La terre de chez nous*, em 1934. Partindo da constatação de que o ano letivo das crianças do meio rural é muito curto, pois estas só freqüentam a escola no período compreendido entre o Dia de Todos os Santos e a época do plantio, *no melhor dos casos*, o artigo baseado numa enquete¹⁴ aborda o problema da assiduidade dos alunos: "Mas, durante estes seis meses demasiadamente curtos, quanto dias elas faltam? Os cadernos de assiduidade nos revelam que os meninos de 11, 12, 13 anos estão ausentes quase a metade do tempo."¹⁵

Esta situação explica, segundo os autores do artigo, o abandono escolar dos filhos dos agricultores. "Indagamo-nos se não seria urgente exigir que a criança freqüente a sala de aula um número de dias determinados. *Não se trata de escola obrigatória e nem de instrução obrigatória*, mas de um meio de forçar (a expressão pode parecer forte) os pais a enviar seus filhos à escola".¹⁶

A importância da aquisição de certos conhecimentos julgados necessários para as crianças é, portanto, reconhecida e o espectro da obrigatoriedade escolar aparece. A UCC teme sempre que essa medida conduza inevitavelmente à perda de controle do aparelho escolar e à instauração de uma escola neutra controlada pelo Estado. Verifica-se aqui uma distinção que surge entre a escola obrigatória e a instrução obrigatória. Ela é habitualmente compreendida da seguinte maneira: enquanto que a instrução obrigatória implica a obrigação de freqüentar a escola durante um certo tempo, até uma certa idade e até um determinado nível escolar na *escola de sua escolha*, a escola obrigatória implicaria a obrigação de freqüentar tal tipo de escola e, para a UCC, isso poderia levar direto à escola laica e neutra. Observa-se claramente que os redatores do artigo parecem rejeitar *a priori* ambas ao mesmo tempo, a escola e a instrução obrigatórias. O elemento essencial do argumento permanece o seguinte: se nossas crianças freqüentam a escola, o Estado não virá nos impor a freqüência obrigatória.

Será necessário esperar até 1942 para que a UCC volte a abordar diretamente o problema da instrução obrigatória sob forma de resoluções. No exato momento em que foi discutida publicamente a questão da freqüência escolar obrigatória, a UCC se manifesta da seguinte maneira:

"O congresso geral da União Católica dos Cultivadores exprime o desejo de que os círculos (agrícolas: unidade de base da UCC, T. Hamel e M. Morisset) realizem uma campanha em favor da freqüência escolar, pelo menos até o certificado obtido no sétimo ano, a fim de evitar a freqüência obrigatória".¹⁷

¹⁴ Não consta nenhuma informação sobre quem, onde e como essa sondagem foi realizada.

¹⁵ In: *La terre de chez-nous* (Nossa Terra), 19/12/1934, p. 9.

¹⁶ Idem, p. 9 (o grifo é nosso).

¹⁷ UCC (1942), Résolution de congrès, In: *La terre de chez-nous* (Nossa Terra), 28/10/1942, p. 13 (o grifo é nosso).

Mais uma vez, a mesma lógica é aplicada. A UCC favorece a frequência da escola na medida em que isso permitiria evitar a *obligatoriedade* da frequência. Passando à ação para opor-se à “negligência dos pais” face à educação de seus filhos, em 1943, a UCC solicita que se organize uma campanha de educação “para fazer com que os agricultores e os delegados de escolas compreendam melhor seus deveres em matéria de educação”.¹⁸

Como se sabe, a lei foi votada no ano seguinte, apesar da oposição da UCC. Respeitosa diante da lei ou então resolvida frente à adversidade, a UCC dá a impressão de aceitar a situação desde a votação. Pouco tempo depois, dá a palavra a Alfred Bouchard, agricultor de Laterrière, no congresso da diocese da UCC de Roberval em 06 de setembro de 1943.¹⁹ E ainda, a União publica essa conferência para assegurar sua distribuição.

Nessa reviravolta, Bouchard²⁰ dizia que o futuro das crianças “depende em grande parte da escola” e que a instrução obrigatória, que acaba de ser votada, responde à negligência e à incúria dos pais, testemunhadas pela pesquisa conduzida pelo Departamento da Instrução Pública antes da votação da lei.²¹ Bouchard concluía: “O governo tem o direito de exigir um mínimo de instrução para o bem-comum, como dizia sua eminência [...]. Tinha-se o direito de votá-la. Ela é a lei agora; e é nosso dever submetemo-nos a ela”.²²

Assim, uma vez a lei aprovada, restava então conformar-se. A UCC, que jamais apoiou a instrução obrigatória, resigna-se agora a essa nova legislação. Pode-se, ao mesmo tempo, ir de encontro à lei [...] e a sua eminência? Mas seus temores, contudo, não desapareceram.

“Já li que existem países onde se estabeleceu a escola obrigatória, depois a escola do Estado, em seguida a escola laica e por fim a escola neutra. Nós temos a frequência escolar obrigatória. Sabemos que há pessoas que querem ir mais longe. Querem meter a mão em nosso sistema escolar. [...] Queremos enviar nossas crianças até os 14 anos, muito bem, mas às escolas de nossa escolha. Não queremos crianças fabricadas em série, como na Alemanha”.²³

Através deste posicionamento firme, Alfred Bouchard exprime e renova um dos principais temores da UCC referentes à frequência escolar obrigatória, não só à escola neutra e laica, mas também à estatização e à perda de influência dos pais

¹⁸ UCC (1943), *Résolution de congrès*.

¹⁹ Em junho de 1943, o escritório da direção da UCC tinha, aliás, colocado no programa dos congressos diocesanos a discussão dos problemas escolares.

²⁰ Não confundi-lo com T. D. Bouchard, ardente defensor do princípio da instrução obrigatória!

²¹ O conferencista fazia alusão, sem dúvida, à pesquisa realizada a pedido da Comissão das Finanças e da Legislação, para dar seqüência a uma recomendação do congresso de ensino agrícola ocorrido em 1937, que deplorava a baixíssima frequência escolar no meio rural. Pode-se encontrar os dados citados nas atas do Comitê Católico, maio de 1940, referentes ao relatório da Comissão das Finanças e da Legislação, em 08/04/1940, p. 27 e ss. A pesquisa foi feita junto a professores, diretores de escolas e párocos dos respectivos distritos. Após essa primeira pesquisa, o bispo Beaudoin recebeu ordens para realizar um recenseamento escolar, em setembro/1943. Ver RSIP, 1943-44, p. VIII ss.

²² BOUCHARD, Alfred (1943), *L'école rurale vue par un cultivateur*, conferência pronunciada no congresso diocesano da UCC, Roberval, 06/09/1943, Montréal, Service de librairie de l'UCC, p. 7-8 (o grifo é nosso).

²³ Idem, p. 19.

sobre a escola e, entre outros, sobre as comissões escolares. O problema da perda de controle das comissões escolares já havia surgido algumas vezes nas resoluções de congressos da UCC. Assim, em 1941:

“O Congresso Geral da União Católica dos Cultivadores (ucc) se opõe à abolição ou à tomada de controle das comissões escolares pelo Estado; solicita, antes de tudo, um auxílio financeiro às comissões escolares que não têm como pagar um salário adequado a seus professores.”²⁴

E ainda, no ano da votação da lei sobre a frequência escolar obrigatória:

“O Congresso Geral da União Católica dos Cultivadores (ucc):

1. Opõe-se energeticamente a qualquer projeto que vise o desaparecimento das comissões escolares rurais ou a diminuição de sua influência;
2. Declara-se favorável à criação de uma associação provincial das comissões escolares rurais”.²⁵

A obrigatoriedade escolar era o presságio de uma vontade do Estado, do governo liberal, de dissolver as comissões escolares? Na verdade, além da estatização, é a centralização do poder em relação à educação que é temida pela UCC. Diversas tentativas de fusão de comissões escolares, a partir dos anos quarenta, parecem estar na origem dessas posições da UCC. Aliás, já em 1932, a UCC se pronunciara claramente contra a centralização escolar. Para a UCC, a comissão escolar representava a garantia da autoridade dos pais na educação, a certeza da escolha dos livros e dos programas por eles, bem como do controle dos salários e da administração das escolas em geral.

Paralelamente a essas questões, a UCC privilegiava a manutenção do poder do Conselho de Instrução Pública, que era considerado a garantia da autoridade religiosa junto ao campo escolar. A partir de 1926 e até a Segunda Guerra, o poder exercido pelas autoridades religiosas sobre as orientações da UCC é conhecido e seguramente explica em parte tais posicionamentos quando se coloca a questão do poder sobre a organização da sociedade civil. Através dessas duas instituições que são a comissão escolar e o Conselho de Instrução Pública, o direito que se reservam os pais e a Igreja de supervisionar a educação é pois preservado em favor da UCC. “A família, a escola, a paróquia, a comissão escolar, o Conselho de Instrução Pública, eis as instituições às quais queremos confiar nossas crianças”.²⁶ Mas a frequência escolar obrigatória não resolve todos os problemas relativos à educação para os agricultores.

Após ter dito que era dever dos agricultores submeter-se à lei relativa à instrução obrigatória, Bouchard se apressa em acrescentar: “Ela resolve somente o problema dos negligentes. Os outros problemas, pobreza, necessidades das famílias e das escolas permanecem”.²⁷ Com isso, Bouchard faz emergir um problema que durante muito tempo preocupou a UCC e o mundo agrícola em geral.

De um ponto de vista formal, somente em 1956, muito tempo depois da votação da lei, a UCC retomará *sob forma de resolução* o problema da instrução obri-

²⁴ UCC (1941), *Résolution de congrès*.

²⁵ UCC (1943), *Résolution de congrès*.

²⁶ BOUCHARD, A., *op. cit.*, p. 20.

²⁷ *Idem*, p. 8.

gatória: "que a UCC e a UCF (União Católica das colônias - fermiêres) unam seus esforços a fim de divulgar e fazer com que seja acatada no meio rural a lei provincial relativa à frequência escolar até a idade de 14 anos".²⁸

Essa mesma resolução será retomada no ano seguinte.

3 - A UCC e o financiamento da educação

Numa visão de conjunto, observa-se que a UCC, que se opôs durante muito tempo à questão da frequência escolar obrigatória, pouco abordou esse problema nas resoluções de seus congressos.²⁹ Em contrapartida, as questões relativas aos problemas de financiamento da educação ocupam aí um grande espaço e são essenciais para compreender a questão escolar tal como é vivenciada pelos agricultores. Com efeito, a UCC esteve constantemente preocupada com o financiamento da educação em vários sentidos. Os dois principais problemas que motivaram a maioria das resoluções referentes ao financiamento do aparelho escolar diziam respeito ao sistema de taxação e às subvenções do governo para fins de educação. Enquanto opunha-se à instrução obrigatória, a UCC reclamava medidas que visassem a diminuição do encargo financeiro representado pelas despesas e custos decorrentes da manutenção do aparelho escolar. Essas duas questões não podem ser tratadas separadamente.

3.1 - O sistema de taxação

As resoluções de congressos da UCC referentes ao sistema de taxação se concentram principalmente no período da crise econômica. De 1932 a 1938, a UCC solicita anualmente (com exceção de 1934) que se modifique o sistema de taxação que, em sua forma atual, é considerado excessivamente pesado para os agricultores. O texto da resolução de 1932 será retomado mais ou menos nos mesmos termos nos anos seguintes; ele permite delimitar precisamente os problemas vivenciados pelos agricultores diante da taxação municipal e escolar.

"Considerando que o sistema de taxação atual atribui todos os encargos diretos à propriedade fundiária;

Considerando que esse sistema é oneroso para a classe agrícola;

Considerando que, nas circunstâncias atuais, as taxas são demasiadamente elevadas para a renda dos agricultores;

Considerando que um grande número de contribuintes que usufruem de todas as vantagens asseguradas à comunidade pagam pouco ou nem pagam taxas;

Considerando que, muitas vezes, a renda destes contribuintes é muito superior a dos agricultores;

Foi proposto e decidido que uma solicitação seja feita ao Governo da província no sentido de estudar um sistema de taxação mais equitativo e mais adequado às necessidades existentes, para que a divisão dos encargos esteja mais de acordo com a renda de cada um".³⁰

²⁸ UCC (1956), *Résolution de congrès*.

²⁹ Em número absoluto, o problema da obrigatoriedade escolar não ocupa um grande espaço nas resoluções de congresso da UCC. Encontramos quatro resoluções que abordam explicitamente essa questão.

³⁰ UCC (1932), *Résolution n. 25: Répartition des taxes*.

Como fica claramente exposto, o principal problema, para os agricultores, reside no fato de as taxas estarem baseadas na propriedade fundiária e não na renda. Em 1938, na Comissão Montpetit (comitê de revisão do imposto), a UCC será ainda mais explícita em sua crítica ao sistema de taxaço. Com base em uma pesquisa efetuada pelo Colégio Macdonald, em 1934, a UCC denuncia:

1. O fato de as propriedades de baixa renda serem mais taxadas que as propriedades de renda elevada; estas últimas pagam apenas 3% de sua renda em imposto, enquanto que as propriedades cuja renda é inferior a \$ 1.000 pagam 23,5% de imposto.³¹
2. O fato de os avaliadores municipais supervalorizarem as pequenas propriedades agrícolas e subvalorizarem as grandes propriedades, o que, ainda de acordo com a pesquisa do Colégio Macdonald, apresenta a seguinte situação:

Valor da propriedade	Taxa de avaliação fundiária
0 a \$10.000	48.2%
\$ 10.000 a \$ 20.000	37.7%
\$ 20.000 ou mais	30.1%
Total	36.8% ³²

3. O fato de as propriedades de alto valor por arpeinte serem menos valorizadas que as propriedades de baixo valor.
4. A tendência a superestimar as propriedades cujas construções representam uma fração considerável do valor total. Conforme a UCC, “este método de avaliação está longe de ser eqüitativo, já que os prédios de fazenda acrescentam pouco, em geral, ao rendimento de uma propriedade.”³³

Para enfrentar esses principais problemas, a UCC preconizava entre outras coisas:

- que a avaliação fundiária também levasse em conta o rendimento das terras e não apenas o “valor” fundiário;
- que o imposto fundiário fosse ajustado conforme os encargos familiares;
- que as municipalidades pudessem instituir um imposto sobre a *renda* para atingir profissionais como notários, médicos, etc...

Além de criticar o modo de avaliação conforme o tipo de propriedade agrícola, a UCC continuava então criticando a imposição baseada na propriedade fundiária e não na renda, pois:

“Existe, em todas as cidades, um certo número de pessoas que têm muitas vezes rendas consideráveis e que contribuem muito pouco ao sustento das escolas e à manutenção do culto. É quase sempre o caso do médico, do notário, do comerciante, do corretor de seguros, do hoteleiro, etc...”³⁴

Com isso, a UCC visava os notáveis da cidade que possuíam elevadíssima renda, mas cuja quantidade de bens imobiliários era mínima (com freqüência limitada

³¹ *La terre de chez-nous (Nossa Terra)*, 21/12/1938, p. 6. A pesquisa considerava 84 estabelecimentos.

³² *Idem*, p. 6.

³³ *Idem*, p. 6.

³⁴ *Idem*, p. 6.

à residência), enquanto que os agricultores tinham poucos rendimentos mas bens imobiliários bastante significativos para obrigá-los a pagar impostos muito elevados.

Se insistimos neste aspecto relativo às reivindicações dos agricultores é porque a situação do produtor agrícola com relação à taxação é *extremamente importante* para compreender a posição da UCC face às reformas escolares. O sistema de taxação municipal e escolar é baseado na avaliação municipal das propriedades tributáveis, e só podem ser tributados os proprietários de bens imobiliários. Ora, os agricultores eram, no início do século, proprietários de suas terras em 88% dos casos. Esta proporção aumenta no decorrer do tempo para alcançar 96,9% em 1951.³⁵ Isso significa que quase todos os agricultores pagavam taxas municipais e escolares. Então, esse problema diz respeito a toda a classe agrícola.

Além disso, é preciso entender que a situação da renda dos agricultores apresenta uma característica original em relação às outras classes da sociedade canadense: uma parte importante de sua renda *não é monetária*. Aliás, essa particularidade assume um caráter quase dramático durante os anos trinta que nos interessam aqui em particular. Conforme os dados da *Statistique Canada*, a renda bruta das fazendas no Canadá caíram de maneira extremamente acentuada a partir de 1929; foi necessário esperar uma década para alcançar novamente o valor das vendas de 1929. A renda líquida tomou naturalmente o mesmo caminho, partindo de um índice de 104 em 1928, caiu até o índice de 42 em 1932 e 1933. Em 1940, atingira apenas 98 de índice.³⁶ E ainda, é preciso observar que a renda líquida dos agricultores é constituída, em grande parte, de renda em produtos, ou seja, *não monetária*. Enquanto a proporção da renda líquida em produtos se aproximava, em média, dos dois terços da renda líquida antes da crise (ver Quadro 1), essa proporção atinge quase toda a renda líquida (98%) no auge da crise em 1933. Isso significa, portanto, que não restava mais renda monetária em média.

Durante esse período, se examinarmos a parte da renda monetária dos agricultores que é gasta com impostos, a proporção é enorme. Os impostos fundiários e escolares consomem até 87% da renda monetária líquida sem dedução em 1933 (ver Quadro 2). Se esse ano é excepcional, é preciso assinalar que a proporção da renda líquida monetária sem dedução atribuída a essa classe é radicalmente mais elevada durante os anos trinta do que durante as décadas que precedem ou que seguem. A carga da taxação era então quase insuportável durante esses anos. Após o início da guerra, a proporção tende a diminuir cada vez mais.

Observa-se então que os períodos em que a relação imposto/renda líquida monetária após dedução é mais elevada correspondem aos anos em que a UCC insiste na modificação do sistema de taxação para fins escolares. Ora, os impostos escolares representam mais ou menos a metade dos impostos (como consta no Quadro) que os agricultores têm que pagar. Para estes últimos, as taxas representam pois um problema crucial; compreendem-se melhor a insistência da UCC para

³⁵ Governo de Quebec (1955), *Comité d'enquête sur la protection des agriculteurs et des consommateurs*, p.38 (Commission Héon).

³⁶ Governo do Canadá, *Statistique Canada*, Cansim 200.134 a 41 (mat. 267).

a modificação do sistema de taxaço e sua resistêcia em pagar os custos de educaço.

Isso é tanto mais verdadeiro porque os agricultores comparam sua situaço àquela dos notáveis da pequena cidade que têm renda monetária mais elevada e poucos bens imobiliários, ao contrário deles que são extremamente taxados apesar de terem renda modesta e, além disso, constituída, em grande parte, de produtos, ou seja, não monetária.³⁷ E, finalmente, para completar, não se pode esquecer a retribuiço escolar mensal que pode parecer insignificante à primeira vista, 50 cents por mês e por criança; de fato, ela se tornava muito considerável no meio rural e representava, em termos monetários, uma proporço suplementar das ma-gras rendas monetárias do produtor agrícola.

A classe agrícola, organizada no seio da UCC, queria pois pôr fim a um siste-ma de taxaço que fazia com que recaísse em grande parte o financiamento do aparelho escolar sobre os agricultores do meio rural, para serviços educativos que beneficiavam também as crianças dos notáveis.

3.2 - As subvençoões do governo

Em conseqüência, além da modificação do sistema de taxaço, a UCC solici-tou constantemente o aumento das subvençoões governamentais para fins escola-res. As resoluçoões, que se escalonam durante todo o período, referem-se ao au-mento das subvençoões para as comissões escolares, às concessões às escolas rurais, à participação governamental para o salário dos professores primários e ao financiamento pelo Ministério da Colonizaço do salário dos professores primários, da mesma forma que o fazia o Conselho de Instruço Pública.

Em Quebec, e isso praticamente até o início dos anos sessenta, o financia-mento escolar repousava quase essencialmente nas comissões escolares, tendo o governo contribuído apenas muito pouco para o financiamento das escolas. "Em 1940, as comissões escolares custeavam sozinhas em torno de 80% dos custos da instruço pública".³⁸ Ora, o financiamento das comissões escolares depende prin-cipalmente do imposto fundiário e das contribuiçoões mensais. A parte do governo provincial no financiamento da educaço representa, para os anos 1907-08, 1917-18, 1927-28 e 1937-38, respectivamente, 13%, 14,3%, 13,4% e 20,6% do financia-mento total.³⁹ Entre 1907-08 e 1937-38, portanto, o governo intervém com, no má-ximo, um quinto das despesas em educaço. Em 1944-45, a participação do go-verno aumenta para 26,7%.⁴⁰

Teoricamente, as taxas levantadas pelas comissões escolares deviam ser sufi-cientes para pagar o salário dos professores primários, o que, no entanto, não era sempre o caso se julgarmos pelas reivindicaçoões formuladas pela UCC. Todos são unânimes ao descreverem, nessa época, a situaço da educaço no meio rural

³⁷ A situaço é tão precária em certos condados que fazendas eram vendidas devido aos juros e multas por atraso das taxas.

³⁸ AUDET, L.P. (1971). *Histoire de l'enseignement au Québec, 1840-1971*. Montreal, Hold, Rinehart e Winston Ltda, tomo 2, p. 367.

³⁹ Idem, p. 355.

⁴⁰ Idem, p. 355.

como sendo precária e muito difícil. Em 1943, a UCC chamava a atenção do Comitê Católico para o fato de várias escolas rurais terem tido que fechar suas portas por falta de professoras. Além disso, estas recebiam salários de fome e tinham um nível de instrução superior apenas ao das crianças a quem ensinavam. A escola rural era, na maioria das vezes, um lugar insalubre, não aquecido, com apenas uma sala onde se amontoavam todos os alunos de todos os níveis. E, ainda, quando a escola existia, pois a falta de escolas era notória nas regiões rurais. Compreende-se assim a insistência da UCC para o aumento das subvenções governamentais para o pagamento dos professores primários.

Além de terem que pagar pesadas taxas, os agricultores tinham que enfrentar condições escolares verdadeiramente desastrosas, pois os dois fenômenos estavam interligados. Como cada comissão escolar devia custear quase todas as despesas com educação, e isso pouco importando as condições dos contribuintes para pagar, a UCC se via envolvida na seguinte contradição: ou aumentar a carga financeira, já muito pesada para contribuintes duramente taxados, de maneira a poder ao menos manter ou eventualmente melhorar os serviços educativos dispensados; ou então diminuir os serviços já pouco numerosos e precários em muitos casos.

Para a UCC, o problema complicava-se: ao mesmo tempo em que se temia o controle do Estado em relação à educação, não se podia mais dispensar suas contribuições para melhorar a situação da educação no meio rural. Na conferência já citada, Alfred Bouchard mencionava: "Mas há coisas que sempre dependerão em parte dos créditos dos governos: e a primeira coisa é a instrução. É por isso sobretudo que, antes das estradas, pagamos taxas".⁴¹ Ao exigir do governo que ele triplicasse suas subvenções para as escolas rurais pobres, a UCC pretendia, contudo, reservar ao Estado, e isso "de acordo com a doutrina social da Igreja", seu papel "supletivo" e "subsidiário".

Para mostrar a complexidade do problema, podemos tomar um outro exemplo também significativo, o da gratuidade da escola e dos livros. Ao passo que, em 1924, a UCC se *opõe firmemente* à gratuidade da escola e dos livros, ela exige do governo concessões e subvenções. Somente em 1956, ela decidirá solicitar, em uma resolução do congresso, a gratuidade dos livros. Em 1943, Alfred Bouchard já dizia em sua conferência:

"Os abonos-família e um plano social de assistência poderiam aliviar o orçamento familiar. O abono-família poderia ser pago às famílias com destino escolar para as crianças em idade escolar, o que aliviaria particularmente as famílias numerosas e *faria fracassar os planos de gratuidade com tendências socializantes*".⁴²

Assim, a gratuidade da escola e dos livros, que se pode tomar como exemplo, era vista como uma medida socializante que resultava no controle do Estado, enquanto que o financiamento do governo, através de subvenções e concessões, era encarado como eminentemente necessário. Essas duas posições aparentemente contraditórias, no entanto, se explicam e permitem compreender a importância atribuída pela UCC ao controle da educação. Para a UCC, as subvenções

⁴¹ Bouchard, Alfred (1943), *op. cit.*, p. 182.

⁴² *Idem*, p. 16-17 (grifo dos autores).

governamentais são menos perigosas, pois as comissões escolares “asseguram” o poder dos pais sobre a utilização desses recursos. Efetivamente, as comissões escolares eram consideradas as garantias do poder local e do controle dos agricultores sobre a educação de seus filhos. Por outro lado, a gratuidade escolar e sobretudo a dos livros conduzem diretamente, para a UCC, ao controle do Estado; este se torna o único juiz na escolha dos livros, eis uma medida socializante. Além disso, o fato de solicitar abonos-família “com destino escolar”, mais do que a gratuidade escolar, significa que se privilegiam as subvenções às pessoas necessitadas ao invés de um regime universal de gratuidade escolar, pois o indivíduo usa seu livre arbítrio para utilizar os fundos de que ele dispõe.

3.3 – Uniformidade dos livros

O problema da uniformidade dos livros é também muito interessante e sintomático dessa mesma contradição. A UCC, aliás, assim como a Confederação dos Trabalhadores Católicos do Canadá (CTCC), será obrigada a modificar totalmente sua posição de forma muito rápida, apesar de uma oposição com base nos princípios já evocados. Enquanto, em 1924, ela se opõe à uniformidade, julgada “socializante” demais, a partir de 1940, diante da “multiplicidade dos livros e da diversidade dos manuais” que obrigam a despesas inúteis, “resolveu-se solicitar ao Executivo da UCC que faça encaminhamentos junto às autoridades competentes, visando remediar essa situação”.⁴³ Esta resolução, que vai no sentido da uniformidade dos livros, será explicitada em outras resoluções em 1953, 1956 e 1957.

Deve-se observar que será necessário praticamente que a lei de frequência escolar obrigatória tenha sido votada (1943) para que a UCC favoreça essa medida, quando ela era considerada muito importante para a fração do movimento operário reunida no Congresso dos Ofícios e do Trabalho do Canadá. Isso distingue claramente o mundo agrícola do mundo operário. É porque, atrás da gratuidade e da uniformidade dos livros, esconde-se o problema do controle do conteúdo da educação e do monopólio do Estado sobre o aparelho escolar. Mesmo querendo defender-se contra essa “calamidade”, a UCC não pode se permitir desembolsar ainda mais para pagar os livros escolares de uma escola que já lhe custa muito caro.

3.4 – O trabalho das crianças

A UCC jamais mencionou o problema do trabalho infantil nas resoluções do congresso, salvo em 1934, no congresso provincial dos lenhadores, onde se menciona como sendo grave o trabalho das crianças com menos de 16 anos.⁴⁴ Lembremos que, em 1935, a UCC reunia 3.608 lenhadores. No mesmo ano, num artigo no *La terre de chez nous* de 19 de dezembro, menciona-se que as crianças só vão à escola entre o Dia de Todos os Santos e o período da semeadura e que, na verdade, os pais mantêm seus filhos em casa para trabalhar ora na fazenda, ora nas atividades domésticas (para as meninas).

⁴³ UCC (1940), *Résolution de congrès*.

⁴⁴ Létourneau, F. (1949), *op. cit.*, p. 182.

Como explicar o fato de que a UCC insiste tão pouco no trabalho das crianças, apesar da importância desse fator nas posições sobre a obrigatoriedade escolar. A forma de produção dominante em Quebec, na agricultura (até a Segunda Guerra Mundial), é caracterizada pela fazenda familiar, onde o trabalho assalariado ocupa apenas um lugar irrisório na produção que se apóia, principalmente, na mão-de-obra familiar (explorador, a mulher e seus filhos). Em 1931, a mão-de-obra agrícola era composta de 50% de agricultores proprietários, 40% dos membros da família e os contratados constituíam apenas 10% da mão-de-obra agrícola total.⁴⁶ A produção agrícola está assim baseada em 90% no trabalho não assalariado dos membros da família. Além disso, para uma importante fração dos agricultores, mais particularmente nas regiões pobres, o trabalho agrícola era completado, durante o inverno, pelo corte da madeira nas estâncias. Ora, para esse trabalho, o agricultor levava freqüentemente com ele seus filhos, que se tornavam assim seus auxiliares nas estâncias. Isso explica a resolução do Congresso de 1935 dos lenhadores.

Em tal tipo de produção, compreende-se que a escola e a instrução obrigatória tenham se tornado de certo modo concorrentes da exploração agrícola, pois o cultivador precisava absolutamente de seus filhos para o trabalho na fazenda, pelo menos por um período do ano letivo. Além disso, devido ao tipo de produção agrícola, principalmente centrada na auto-subsistência e muito pouco ligada ao mercado (em 1951, 44% das fazendas quebequenses são ainda fazendas de subsistência),⁴⁷ a necessidade de uma instrução mesmo muito elementar não parecia primordial para muitos. A criança, no meio rural, era muito mais produtiva na fazenda do que nos bancos escolares, pensavam eles.

É preciso também saber que, em Quebec, a agricultura era de longe o primeiro empregador da força de trabalho jovem; 69,9% das crianças que trabalhavam em 1921, 68,3% em 1931 e 72,8% em 1941 estavam na agricultura.⁴⁸ O setor econômico agrícola utilizava, sobretudo, a mão-de-obra infantil masculina, ou seja, 79,2% dos meninos que trabalhavam em 1921; 78,5% em 1931 e 81,9% em 1941.⁴⁹ Os dados mencionados, obtidos pelos recenseamentos federais, permitem englobar apenas uma parte do problema, pois a exclusão do trabalho no campo nos recenseamentos, exceto quando ele é considerado por ocupar a maior parte do tempo (o que os pais nem sempre declaravam), esconde-nos uma parte do trabalho efetivamente realizado pelos filhos dos agricultores, em particular nos períodos intensivos, como os do plantio ou da colheita. Em 1921, o próprio texto do recenseamento estipulava:

"As crianças de dez anos ou mais empregadas em trabalhos domésticos na casa dos pais ou em trabalhos do campo, ou em qualquer outro trabalho ou tarefa, quando não freqüentam a escola, não devem ser inscritas como tendo um emprego. Todavia, quanto às crianças que passam a maior parte de seu tempo com sua família e que ajudam materialmente

⁴⁶ Linteau, P.A. et al. (1979), *Histoire du Québec contemporain*. Montréal, Éd. du Boréal Express, p. 429.

⁴⁷ Rioux, Albert (1955). *Le problème rural*. Parecer apresentado à Comissão Real de Pesquisa sobre os problemas constitucionais, p. 65.

⁴⁸ Governo do Canadá. *Recenseamento do Canadá*. Ottawa, 1921, vol. IV, p. 188-215; 1931, vol. VII, p. 696-703, p. 46; 1941, vol. VII, p. 570-585 In: Hamel (1981), *op. cit.*, p. 150.

⁴⁹ Idem, p. 150.

seus pais no trabalho, *além do trabalho doméstico*, a ocupação a qual consagram seu tempo deve ser declarada”.⁴⁹

O trabalho no campo é tão importante que o texto da lei que decreta a instrução obrigatória preverá isenções para as crianças que trabalham na fazenda de seus pais. Assim, sob solicitação por escrito dos pais, do tutor ou guardião da criança, poder-se-á dispensá-la da obrigação de freqüentar a escola:

“Por um ou vários períodos não excedendo ao todo seis semanas por ano letivo, quando os serviços dessa criança são requeridos para os trabalhos do campo ou para trabalhos urgentes e necessários em casa ou para o sustento dessa criança ou de seus pais. A dispensa é concedida por um certificado relatando os motivos”.⁵⁰

3.5 - Instrução mínima

Considerando o que acabamos de dizer, observa-se claramente que a UCC mantinha uma relação complexa e ambígua com a escola e com a instrução em geral. De um lado, a instrução *escolar* foi, por muito tempo, percebida como supérflua para o mundo agrícola, pois alguns rudimentos eram suficientes para cultivar a terra. A UCC não queria uma instrução primária que transformasse os filhos de agricultores em empregados de bancos, comerciantes ou outro trabalhador clerical. Não ignorava, contudo, a questão escolar.

Aliás, a UCC insistiu na ruralização do ensino primário, ou seja, na integração de matérias agrícolas relativas ao mundo rural nos programas (conforme o programa de Mgr Ross, de 1923). O ensino primário rural devia ser “perfumado com o cheiro do campo”. A UCC se opôs, inclusive, ao prefeito de Montreal, Médéric Martin, que, em 1927, previra, aliás assim como muitos outros, que a instrução em meio rural iria favorecer o êxodo rural. Ao contrário, a UCC previa que agricultores mais instruídos permaneceriam em suas terras e obteriam melhores colheitas, isso sob a *condição expressa* de que esse ensino tivesse uma “tonalidade” rural.

Por outro lado, a UCC insistiu, em suas resoluções do congresso, na criação de escolas de ensino médio agrícola, de escolas secundárias rurais para lutar contra o êxodo rural e oferecer uma sólida formação agrícola aos filhos de agricultores. Em 1924, numa resolução do congresso, a UCC considerava:

1. Que se devia descentralizar o ensino secundário agrícola, dito também “curso de agricultores” ou “curso médio”, fundando, na Província, três ou quatro escolas de ensino médio agrícola”. Essas escolas são reconhecidas como sendo de uma necessidade absoluta e imediata no Abitibi, no Lac St-Jean, nos cantões do Leste.⁵¹

Em 1933, solicita-se, inclusive, a criação de escolas de artes e ofícios nos centros rurais, sempre para lutar contra o êxodo em direção à cidade. A UCC também insistiu na criação de cursos pós-escolares agrícolas para dar continuidade ao ensino primário (que, com freqüência, representava o único nível de ensino alcançado pelos agricultores), visando a aquisição de uma formação profissional. A ênfase era dada então à *formação profissional agrícola* e à ruralização do ensino primário.

⁴⁹ Governo do Canada. *Recensement du Canada*, 1921, Ottawa, IV, p. c. (grifo dos autores).

⁵⁰ 7 Geo VI, C 13, a 290 d.

⁵¹ L'Union Catholique des cultivateurs de la province de Québec. *Rapport de la fondation et de toutes les assemblées annuelles, 1924-1927*, 269 páginas.

Mesmo que a utilização das crianças nos trabalhos do campo limitasse os “fervores” dos cultivadores pela instrução obrigatória, estes chegam até mesmo a incentivar pouco a pouco uma boa frequência escolar e a exigir um nível escolar mais elevado. Em 1937, no congresso sobre o ensino agrícola, a UCC pede que se exija o certificado de ensino primário para a admissão na escola da região. Em 1954, exige que o Conselho de Instrução Pública assuma a instrução das crianças de quatorze a dezessete anos. Em 1956-57, a UCC solicitava também o acesso ao nono ano para todos os jovens rurais. Assim, pouco a pouco, uma necessidade mínima de formação escolarizada se faz sentir entre os agricultores; a escola deve, entretanto, estar em conformidade com as exigências específicas da vida no meio rural.

4 - Desafios para a UCC

A UCC representa, portanto, os interesses da classe agrícola, centrada na produção não mercantil, durante o período estudado, e isso influencia diretamente sua posição sobre os problemas escolares. Embora a argumentação da UCC sobre a obrigatoriedade escolar se apresente nos mesmos termos daquela dos principais opositores da lei da frequência escolar obrigatória e retome os principais argumentos pregados pela doutrina social da Igreja, essa organização não pode ser considerada um simples porta-voz da Igreja. *Mesmo se a Igreja desempenhou um papel importante na UCC, e principalmente a partir de 1926, esta última teve, face à obrigatoriedade escolar, ao trabalho das crianças, ao financiamento da educação e às diversas questões educativas, posições que refletiam os interesses e as exigências específicas dos agricultores reunidos em torno dessa associação.*

Para a UCC, a questão escolar estava ligada diretamente a um problema de ordem financeira. Para os agricultores proprietários, pesadamente taxados, toda medida que visasse generalizar o ensino era suspeita, se tivesse o risco de causar um peso suplementar para os pagadores de taxas. O exemplo da gratuidade escolar demonstrava esse mesmo problema. A obrigação escolar, que conduzia a um aumento dos efetivos escolares, tinha conseqüências imediatas sobre o aumento das taxas para os agricultores.⁸² Ora, a escola rural se encontrava numa situação extremamente difícil, pois, como as comissões escolares mal tinham meios para pagar os professores primários, ela representava um pesado compromisso financeiro. Estava fora de discussão, para a classe agrícola, ver as taxas aumentarem uma vez mais para a absorção de uma nova chegada de alunos. As taxas representaram assim um grande obstáculo à expansão escolar, e a necessidade de subvenções mais “generosas” da parte do governo se impunha cada vez mais a seus olhos. Por outro lado, tomada por uma contradição insolúvel, a UCC pretendia manter o controle das comissões escolares e do Conselho de Instrução Pública sobre o aparelho escolar e não queria, de modo algum, abrir a porta ao monopólio do Estado na educação.

⁸² De acordo com os fatos, ao contrário, a adoção da lei de FSO conduzirá a uma redução da parte do imposto fundiário em relação ao financiamento total da educação, o imposto fundiário representava 75% do orçamento total (ao invés de 80% e isso desde 1945), conforme Audet, L.P. (1971), *op. cit.*, tomo 2, p. 367.

Assim, contrariamente a uma fração da classe trabalhadora representada pelo CMTC, Congresso dos Ofícios e do Trabalho do Canadá, a UCC não insistiu com a mesma intensidade nos problemas relativos ao custo dos livros e da contribuição mensal que, no entanto, oneravam também o frágil orçamento dos agricultores. Se o controle do conteúdo da educação estava em jogo para a UCC, era também porque as prioridades pareciam integrar a luta contra o sistema de taxaço.

Enfim, a obrigatoriedade escolar corria o risco de conduzir à escola neutra e laica e ao controle do Estado sobre a educação. Ora, a centralização e a estatização da educação eram temidas pela UCC, a comissão escolar era a garantia dos interesses dos pais em educação, os quais detinham um certo poder nessa estrutura local e "descentralizada".

A UCC recusa, portanto, a frequência escolar obrigatória, conforme os interesses *muito específicos* dos agricultores. Na classe agrícola, em relação a outros segmentos da sociedade, fatores particulares vêm induzir uma relação específica a uma formação de tipo escolar. O recurso constante ao trabalho das crianças no campo, o sistema de taxaço escolar, assim como as percepções que os agricultores tinham da utilidade de uma formação dispensada pela escola, explicam, em parte, sua resistência em apoiar essa medida.

Quadro1

Renda líquida monetária e em espécie em porcentagem de renda líquida total dos agricultores, Québec, 1926-1944.

Ano	Renda líquida em espécie	Renda líquida monetária
1926	64	36
1927	66	34
1928	61	39
1929	65	35
1930	76	24
1931	83	17
1932	96	4
1933	98	2
1934	77	23
1935	76	24
1936	64	36
1937	61	39
1938	59	41
1939	52	48
1940	48	52
1941	48	52
1942	46	54
1943	44	56
1944	39	61

Fonte: Gouvernement du Canada, *Statistique Canada*, Cansim 200 134 a 41 (mat. 267)

Quadro 2
Relatório dos impostos de renda líquida monetária
dos agricultores 1926-1945 (em milhares).

Anos	Renda líquida monetária antes do imposto	Imposto	Renda Líquida monetária após o imposto	Imposto/Renda (%)
	1	2	3	2/1
1926	37.297	6.377	30.920	17
1927	34.230	6.297	27.933	18
1928	41.945	6.443	35.502	15
1929	36.532	6.580	29.952	18
1930	23.342	6.681	16.661	29
1931	15.132	6.264	8.868	41
1932	6.857	5.460	1.397	80
1933	5.876	5.084	792	87
1934	16.230	5.255	10.975	32
1935	7.063	5.112	11.951	30
1936	26.735	5.046	21.689	19
1937	30.615	5.493	25.122	18
1938	33.276	5.407	27.869	16
1939	42.640	5.307	37.333	12
1940	48.840	5.206	43.634	11
1941	57.832	5.226	52.606	9
1942	74.380	5.448	68.932	7
1943	79.779	6.326	73.453	8
1944	100.657	6.991	93.666	7
1945	75.709	7.126	68.583	9

Imposto corresponde aqui às taxas municipais e escolares em que as taxas escolares representam aproximadamente a metade dessa taxa.

Fonte: Gouvernement du Canada, *Statistiques Canada*, CANSIM, Série 200141, 200138, 201556.

Referências Bibliográficas

- AUDET, Louis-Philippe. *Histoire de l'enseignement au Québec, 1840-1971*. Montréal: Holt, Rinehart et Winston Ltée, 1971, tomo 1 e 2.
- BOUCHARD Alfred. *L'école rurale vue par un cultivateur*. Conferência pronunciada no congresso diocesano da UCC, em Roberval, em 06/09/1943. Montréal: Service de Librairie de l'UCC, 1943.
- BURGESS, Joanne. Exploring The Limited Identities of Canadian Labour: Recent Trends in English Canada and in Quebec. *International Journal of Canadian Studies/ Revue Internationale d'études canadiennes*, Spring-Fall/primavera/outono, 1990, 1-2: p 148-173.
- CORPORATION DES AGRONOMES DE LA PROVINCE DE QUÉBEC. *Mémoire à la Commission royale d'enquête sur les problèmes constitutionnels*. Montréal, 1954.
- GOVERNEMENT DU QUÉBEC. *Comité d'enquête sur la protection des agriculteurs et des consommateurs*. Québec, 1955.
- HAMEL, Thérèse. *L'obligation scolaire au Québec: lieu et enjeu de la lutte des classes*. Paris: Université René Descartes, Paris V, Sobonne, 1981, 448 p.

- . Le congrès des métiers et du travail du Canada et la question scolaire, 1886-1944, *Bulletin du regroupement des chercheurs en histoire des travailleurs du Québec*, v. 12, n. 3, outono/1986, p. 7 a 37.
- . L'obligation scolaire au Québec: enjeu pour le mouvement syndical et agricole, *Labour/Le travail*, n. 17, primavera, p.83-102.
- KESTEMAN, Jean-Pierre; BOISCLERC, Guy; KIROUAC, Jean-Marc. *Histoire du syndicalisme agricole au Québec, UCC-UPA 1924-1984*. Montréal: Boréal Express, 1984, 327 páginas.
- La terre de chez-nous*, 19/12/1934, p. 9.
- La terre de chez-nous*, 21/12/1938, p.6.
- La terre de chez-nous*, 28/10/1942, p.13.
- LÉTOURNEAU, Firmin. *L'UCC*, Montréal: Édition de l'auteur, Imprimerie populaire, 1949, 248 páginas.
- LINTEAU, Paul-André et al. *Histoire du Québec Contemporain*. Montréal: Boréal Express.
- MORISSET, Michel. *L'agriculture familiale au Québec*. Paris: L'Harmattan, 1987, 206 páginas.
- RIOUX, Albert. *Le problème rural*. Memória apresentada na Comissão Real de estudo sobre os problemas constitucionais, 1955.
- L'UNION CATHOLIQUE des cultivateurs de la province de Québec. *Rapport de la formation et de toutes les assemblées annuelles 1924-1927, 1927*, 269 páginas.